

NARRATIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA LEGAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

NARRATIVES OF HISTORY TEACHING IN THE LEGAL AMAZON IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC

Maria de Lourdes Leoncio Macedo 1
Jocyleia Santana dos Santos 2
José Damião T. Rocha 3

Graduada em História. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação pelo EDUCANORTE(UFT). Professora da Rede Estadual de Ensino do Tocantins. Membro do Grupo de Estudo: História, Historiografia, Fontes de pesquisa em Educação(UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5911808734574093>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2352-0116>.
E-mail: malutocantins@gmail.com

Graduada em História, Pós-doutora em Educação(UEPA). Doutorado e Mestrado em História(UFPE). Coordenadora e professora do Doutorado em Educação na Amazônia-Rede Educante/PGDEA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8198025782417839>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2335-121X>.
E-mail: jocyleiasantana@gmail.com

Pós - doutor em Educação(UEPA). Doutor em Educação (UFBA). Mestre em Educação Brasileira (UFG). Docente do doutorado em Educação da Amazônia – PGEDA/UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9799856875780031>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5788-7517>.
E-mail: damiao@uft.edu.br

Resumo: O Estado do Tocantins integra a Amazônia Legal. Este é o lócus do presente estudo, que objetiva narrar acerca do ensino de história em tempos de pandemia na Educação Básica, em Palmas, no ano letivo 2020. Apoiar-se na metodologia História Oral Temática e na participação de dois professores de história, sendo um do ensino fundamental e outro do ensino médio, os quais expõem suas dificuldades, tanto para educar quanto para a aprendizagem em tempos de pandemia, considerando que grande parte dos estudantes não dispõem de acesso aos meios de comunicação, via internet, em seus lares. Os entrevistados apontam para a preocupação em relação ao contágio da Covid-19 causada pelo Coronavírus, cuja recomendação é a continuidade das aulas na modalidade remota e o retorno presencial somente após a vacina. Conclui-se que, mesmo em tempos de pandemia, diante de todos os desafios apresentados, professores e estudantes realizam as atividades educativas.

Palavras-chave: Ensino de História. Pandemia da Covid-19. História Oral. Amazônia Legal.

Abstract: The state of Tocantins composes the Legal Amazon. That is the locus of the study, which aims to narrate the teaching of History in times of the pandemic in the Basic Education in Palmas, during the 2020 school year. The work is underpinned by the Thematic Oral History methodology and the participation of two History teachers, one from Elementary School and the other from High School. The teachers express the difficulties of both educating and learning in times of pandemic, whereas that most students do not have access to media, via the internet at home. The interviewees emphasize the concern with regard to the Covid-19 spread caused by coronavirus, which recommendation is the continuity of virtual classes, and face-to-face return after the vaccine. It is concluded that, even in times of pandemic, face to all challenges presented, teachers and students perform educational activities.

Keywords: History Teaching. Covid-19 Pandemic. Oral History. Legal Amazon.

Introdução

O estudo foi realizado no Estado do Tocantins, situado na região amazônica. No Brasil, a Amazônia é composta pelos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, região denominada de Amazônia Legal. Segundo Aragon (2018), a Amazônia, por ter uma dimensão continental, possui várias denominações. “A Amazônia é compartilhada por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, e Guiana Francesa, mas percebe-se que quando se fala da Amazônia em quaisquer desses países, geralmente, refere-se à Amazônia do respectivo país” (ARAGON, 2018, p. 16). Empregaremos o mesmo critério político-administrativo utilizado por Aragon (2018), visando explicitar sobre a Amazônia.

Este critério refere-se à delimitação da região, conforme a lei ou as divisões administrativas. Por exemplo, na “Venezuela, o estado Amazonas; no Equador, o Oriente constituído por seis províncias: Napo, Sucumbios, Orellana, Pastaza, Morona Santiago, e Zamora Chichipe; e no Brasil, a Amazônia Legal” (ARAGON, 2018, p. 17). No caso do Tocantins, o estado também possui grande dimensão territorial, como a maioria dos estados brasileiros que compõem a região amazônica.

Tratar de educação e de ensino em tempos de pandemia tem sido algo complicado, bem como é complexo tratar das dimensões territoriais, sejam regionais ou estadual. E, discutir educação e pandemia em grandes dimensões territoriais, torna a situação triplamente difícil. E é neste cenário que trataremos do ensino de história.

A pandemia do coronavírus, no ano de 2020, afetou e vem afetando a população mundial, destacando-se as áreas da economia, da saúde e da educação. Em nosso país, a situação apresenta-se mais complicada, por não termos um sistema de saúde eficiente, além da ineficácia na gestão da saúde pública. Diante dessa crise, as escolas foram fechadas, como medida preventiva para impedir a proliferação do vírus Covid-19 e não tornar ainda mais caótica a situação da saúde, assim como para preservar a vida de crianças, adolescentes, jovens e profissionais da educação.

No planeta Terra, cerca de um bilhão de estudantes foram impactados. No Estado do Tocantins, 157 mil estudantes da rede estadual de ensino pararam de frequentar as escolas, a partir de decisão governamental por meio do Decreto Estadual nº 6.067, datado em 13/03/2020, determinando a suspensão das aulas e o fechamento das escolas da rede estadual de ensino, orientações seguidas pela rede municipal e instituições privadas dos 139 municípios.

Seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Comitê Estadual de Crise da Covid-19, a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, em 29 de junho de 2020, retoma as aulas na modalidade remota, com as turmas do 3º ano do ensino médio. E, somente em setembro do mesmo ano, iniciam as aulas com as turmas do ensino fundamental, no mesmo formato do ensino médio, ou seja, aulas na modalidade remota, utilizando a Internet e os Roteiros de Estudos elaborados pelos professores.

A Secretaria Estadual de Educação Juventudes e Esportes do Estado do Tocantins (SE-DUC) tomou todas as precauções, no sentido de conduzir suas ações por meio das orientações de saúde da OMS. Neste sentido, segundo Relatório da Seduc (2020), a rede estadual iniciou as aulas na modalidade citada, a fim de não prejudicar os estudantes do 3º ano do ensino médio, face ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, além de atender as possibilidades destes estudantes adentrarem no mercado de trabalho. Logo em seguida, iniciaram as aulas aos estudantes do ensino fundamental. Para tanto, a SEDUC oferta aos estudantes que têm acesso à Internet, aulas virtuais, e, aqueles que não a possuem, a família retira nas unidades escolares, os Roteiros de Estudos elaborados pelos professores. Os estudantes respondem e os entregam, quinzenalmente, nas unidades escolares para correção. Para os estudantes da zona rural, o transporte escolar faz a entrega e a coleta, seguindo um cronograma apresentado pelas unidades escolares.

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, análise documental, revisão de literatura e pesquisa de campo, por meio da metodologia História Oral Temática, realizada nas unidades escolares: Escola de Tempo Integral Vila União e Escola Estadual Setor Sul, situadas em Palmas, estado do Tocantins. Por causa do período pandêmico, o e-mail foi a ferramenta adequada para preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

e WhatsApp para realizar a entrevista com um professor que ministra aulas de história no 9º ano do ensino fundamental, e um professor do ensino médio.

O objetivo geral do estudo foi narrar o ensino de história em tempos de pandemia do coronavírus na Educação Básica, em Palmas, estado do Tocantins, no ano letivo 2020, desdobrado em objetivos específicos, como apresentar a proposta de retomada das aulas pela Secretaria Estadual de Educação Juventude e Esportes do Tocantins; e discutir a metodologia de trabalho utilizada no ensino de história no ensino fundamental e médio.

A pesquisa pela metodologia História Oral Temática, faculta uma reflexão tanto no dar voz às pessoas, quanto no valorar o agente da história. Neste estudo, em específico, os professores que atuam na disciplina de história, atendendo à situação pandêmica, concederam as entrevistas por meios virtuais e gravadas.

Metodologia da pesquisa

Para Montysuma (2006), a História Oral torna o trabalho de campo dinâmico, singular, uma vez que envolve, com muita proximidade, o pesquisador e a pessoa que se dispõe a prestar o relato, e essa relação fortalece o buscar nas memórias do entrevistado, trazendo a essência do depoimento para a pesquisa científica. A História Oral, para Meihy (2006), é um recurso de transformação e não apenas um acesso à informação e, dessa forma, ela vai além de um método de pesquisa, ela transforma, revigora e oportuniza novo olhar e nova compreensão.

Os autores (ALBERTI, 2004; GUSMÃO, 2004; CRUZ, 2005; TOMPSON, 2006; MEIHY, 2006; MONTYSUMA, 2006; SANTOS, 2015) concordam que a História Oral é um método e uma metodologia de pesquisa que pode ampliar, valorar e dar consistência ao objeto pesquisado. De maneira geral, ela expande o olhar e o entendimento do pesquisador em torno do objeto e traz para o campo da pesquisa uma relação estreita do pesquisador com o sujeito entrevistado, por meio da memória.

Na concepção de Alberti (2004), a História Oral é um método privilegiado de investigação, não é um fim em si mesmo, e sim um meio de conhecimento. Numa linguagem popular, não basta sair gravando entrevistas para produzir História Oral, ela necessita de rigor e de ética no tratamento. O autor reforça dizendo que a utilização da História Oral pressupõe um projeto de pesquisa, com questões e problemas a serem discutidos. “A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado” (ALBERTI, 2004, p. 29).

No entanto, os autores que utilizam e produzem pesquisas com a temática História Oral, afirmam que ela é mais uma possibilidade de interpretação dos fatos. Para Alberti (2004, p. 10), “se o emprego da história oral significa voltar à atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido”, afirmando, ainda, que os entrevistados precisam estar vivos, em boas condições de saúde e disponíveis para prestar depoimentos.

Neste sentido, comprovar a eficácia da História Oral, seja como método, técnica ou disciplina, abre possibilidades de abalar as estruturas da história tradicional, trazendo novas vertentes e novas discussões históricas. As colocações de Thomson (2000, p. 52-53) são oportunas, quando afirmam:

Durante os anos 70, historiadores orais em distintas partes do mundo começaram a questionar a ênfase nas “distorções” da memória, e a encarar “as peculiaridades da história oral” como um ponto forte, em vez de fraqueza. Uma das mudanças mais significativas nos últimos 25 anos de história oral foi o reconhecimento de que a, assim chamada não confiabilidade da memória pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e a reconstrução histórica. (...) o que realmente importa é que a memória não é um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados.

Nesse sentido, Thomson (2000) e Portelli (1997) destacam que pessoas entrevistadas por eles lembraram, erradamente, de determinadas situações, mostrando que a questão da memória e a História Oral ultrapassam os limites do conhecimento e, certamente, muito ainda há que se discutir e explorar.

Joutard (2000, p. 33) afirma que “os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados”. Segundo ele, todo indivíduo é autor da história e é necessário fazer respeitar e entender fatores essenciais da História Oral, como: “Ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono”. Desta forma, afirma Joutard (2000) que a diversidade é uma oportunidade de crescimento e aprendizado; transformar a memória dos excluídos em história é uma homenagem a todos eles.

A História Oral, como método, é dar voz aos excluídos sociais, trazer, por meio da memória, a situação vivida no passado ao presente e estar na atualidade com os atores que viveram, vivem e revivem o objeto de estudo.

Aulas na modalidade remota: SEDUC – Tocantins

Os espaços de educação formal, as escolas e as instituições superiores fecharam suas portas, como uma forma de diminuir a contaminação pelo coronavírus que abalou, como dito anteriormente, o planeta Terra. No estado do Tocantins, na rede estadual de ensino, seguindo as orientações do Comitê de Crise da Covid-19, inicialmente, foi concedida férias aos servidores da educação, seguida de suspensão das aulas e retomada delas posteriormente, de forma não presencial.

Segundo o Relatório da Seduc (2020), no dia 04/06/2020, foi lançada a proposta de retomada das aulas na modalidade remota e, nos dias 15 e 16 de junho, foi realizada a formação de professores que atuam no 3º ano do ensino médio, pela plataforma do Google Meet. As aulas não presenciais foram iniciadas para 16.090 estudantes do 3º ano do ensino médio em 29/06/2020.

Conforme relatos, o ano letivo para os estudantes do 3º ano do ensino médio encerrou em 31/01/2021, visando não gerar prejuízos aos estudantes, uma vez que muitos realizariam o exame do ENEM e os vestibulares nas instituições privadas, além de muitos adentrarem no mercado de trabalho. Segue um quadro demonstrativo, abaixo, com os pilares da proposta da Seduc para as aulas, na modalidade remota:

Quadro 01. Pilares da proposta de retomadas das aulas:

PILARES DA PROPOSTA DA SEDUC-TOCANTINS				
A segurança dos profissionais da educação e dos estudantes;	O respeito à diversidade da comunidade escolar do Estado;	Garantir a conclusão da 3ª série do ensino médio aos 16.090 estudantes da rede estadual, dentro do calendário civil sem comprometimento dos estudantes nos exames de vestibulares e ENEM.	Garantir o ano letivo 2020 para os estudantes da rede estadual; A carga horária relativa ao cumprimento das 800h mínimas relacionadas ao calendário escolar 2020 será executada em 2021, em formato de créditos, sem comprometimento do calendário letivo de 2021.	Garantir que o ano de 2021 não seja comprometido em decorrência do ano de 2020, prevendo o início das aulas para o mês de fevereiro /2021.

Fonte: Relatório Seduc (2020).

No período citado, os profissionais da escola receberam formação e orientações quanto ao proceder em relação aos protocolos de saúde, além da formação para os professores e equipe pedagógica, antes do início das aulas. Posteriormente, os professores organizaram os Roteiros de Estudos, quinzenalmente entregues aos alunos sem acesso à Internet, através das unidades escolares. Os alunos com acesso à rede de comunicação utilizavam as aulas online e as aulas pela TV. As escolas que possuíam acesso à rede de comunicação pela Internet foram cadastradas no google classroom, e muitos professores puderam desenvolver suas aulas. Os professores também organizaram grupos de comunicação pelo WhatsApp com os alunos. Vale ressaltar que sempre havia estudantes que deixavam de se comunicar por falta de crédito em seu aparelho celular.

Em relação ao atendimento para o ensino fundamental, segundo o Relatório da Seduc (2020), as aulas tiveram início no dia 18/09/20. Anterior ao início das aulas, houve o planejamento e formação, organizados pelos técnicos da Seduc, conforme logística mencionada no referido relatório: 10/09 – Entrega dos livros de português e matemática aos professores de língua portuguesa e matemática de 1º ao 9º anos do ensino fundamental – de forma adequada ao momento pandêmico (on-line e impresso); A Prova Brasil 2020 - Entrega dos livros de educação para o trânsito; 11/09 – SEDUC – Diretoria Regional de Educação (DRE)¹ – unidade escolar - Formação e apresentação da proposta de continuidade das atividades educacionais não presenciais e orientações de rotinas pedagógicas para o ensino fundamental; - DRE- Formação de educação para o trânsito a todos os professores do ensino fundamental; 14/09 – DRE - unidade escolar - Formação dos professores de língua portuguesa e matemática – A Prova Brasil - Formação para professores dos demais componentes curriculares para elaboração do Roteiro de Estudo; 15 a 16/09/2020 – DRE - Planejamento e elaboração dos Roteiros de Estudos; 17 e 18/09 – unidade escolar e estudantes - Retirada dos livros de língua portuguesa, matemática, educação para trânsito e dos Roteiros de Estudo pelos estudantes nas unidades escolares. Todo material foi entregue de forma escalonada, em observância à segurança sanitária, conforme organização da unidade escolar; 18/09 – Continuidade das atividades propostas aos estudantes do ensino fundamental e início das aulas na modalidade remota (RELATÓRIO SEDUC, 2020).

A pandemia da Covid-19 trouxe à tona muitas vulnerabilidades sociais, a exemplo do grande número de estudantes sem acesso à Internet, e sem acesso até ao veículo mais utilizado, os canais de televisão, que não chegam em todos os municípios. Verificou-se que muitos municípios não possuem acesso aos canais locais, dificultando ainda mais a oferta de aulas que atendessem a todos os estudantes, por meios midiáticos. Desta forma, a saída foi uma oferta híbrida: aulas pela TV, aulas pela Internet e aulas por meio dos roteiros impressos, entregues nas escolas, cujas famílias se responsabilizam pela retirada dos mesmos e os estudantes realizam as atividades e as devolvem na unidade escolar correspondente.

Quadro 02. Diagnóstico de acesso à Rede de Comunicação:

DIAGNÓSTICO SEDUC	
Estudantes sem acesso à internet	272 estudantes da educação prisional
	14.643 estudantes da zona rural
	4.000 estudantes indígenas
	507 estudantes quilombolas
	52 municípios não alcançam a tv aberta
	12,89% dos estudantes não possuem acesso ao sinal de Internet

Fonte: Relatório Seduc (2020).

O Brasil, assim como o Estado do Tocantins, com sua diversidade cultural, econômica e social, não tem condições de atender, equitativamente, aos estudantes e professores da rede

¹ Diretorias Regionais de Ensino, no Tocantins têm 13 regionais de ensino, representam a Seduc em cada região do estado, facilitando o atendimento às unidades de ensino.

estadual, uma vez que atende a muitas comunidades quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária, em cujos municípios e cidades onde residem, situam-se muito distantes e de difícil acesso, a exemplo da região do Jalapão. Nestas condições, a evasão gera preocupação, uma vez que os estudantes deixam de enviar os Roteiros de Estudos preenchidos. Para tanto, as escolas têm realizado uma força tarefa na busca destes estudantes e na retomada das atividades.

A pandemia desperta inúmeras reflexões em torno da educação, no Tocantins e no mundo, particularmente em um estado com grandes extensões territoriais e considerável diversidade social, cultural, econômica e geográfica. No entanto, a determinação dos professores e a disposição dos gestores da SEDUC demonstram confiança no atendimento híbrido, buscando superar as dificuldades. Este estudo encaminha-se para o ensino de história e suas reflexões, em tempos de pandemia.

Ensino de história em tempos de pandemia

Discutir o ensino de história pode desencadear debates e reflexões interessantes, notadamente, quanto ao processo metodológico utilizado pelos professores. Considera-se a organização e o tempo da escola, o recreio e as demais atividades de ensino e de pesquisa, além da relação de afeto e amizade entre os professores e estudantes, situações estas dificultadas pelo isolamento social. Neste sentido, refletimos o quanto de desejos e saudades a distância tem trazido, tanto para as crianças, quanto para os professores, nesse período de mais de dez meses. A saudade de ver o pátio da escola cheio de crianças e jovens correndo, brincando, conversando e fazendo algazarra.

A pandemia do coronavírus aponta um novo direcionamento para a educação neste momento. Entretanto, o distanciamento ainda se faz necessário, uma vez que não há vacina suficiente para imunizar a população e combater o vírus. Por esta razão, diante desse novo formato de ensino, escolas e professores lançam mão dos meios possíveis para intermediar as competências dos componentes curriculares com os estudantes.

Com relação ao ensino de história, qual seria o papel da disciplina neste processo? De acordo com Abud (2005), a história, enquanto palco de conhecimento sistematizado, desenvolveu-se no século XIX, quase ao mesmo tempo em que se ampliam as escolas secundárias, que adentram o conhecimento histórico como disciplina escolar.

Neste sentido, o ensino de história tem como perspectivas orientadoras as teorias do exercício histórico, que explicam o processo evolutivo da consciência histórica nos jovens estudantes, cuja formação é o escopo maior do ensino de história. Assim entendida, como uma disciplina nova, a ela cabe tarefas, principalmente a empírica, isto é, a investigação do ensino de história, sob o ponto de vista da história vivida e experimentada no seu dever de todos os dias, e a história não experimentada nem vivida, mas transmitida, cientificamente ou não; história apresentada pela Ciência Histórica, sendo considerada como disciplina específica.

Para Abud (2005), a história é uma ciência que, apoiada em outras, traz para o ensino um caráter reflexivo e formativo, cria uma identidade social, endereça para a análise política e participação democrática e, também, discute a cidadania.

Assim, o ensino de história carrega significado de vida (FONSECA 1993; NIKITIUK 1996; ROCHA 1996; VASCONCELOS 2007; BITTENCOURT 2009). Ensinar ou estudar história é formar cidadãos conscientes de seu tempo.

Rocha (1996, p.53) sustenta que o ensino de história “deverá ser capaz, se estiver em sintonia com o seu tempo, de construir para que o aluno possa ler o seu entorno social, qualificando-se para uma política consciente e para o mundo do trabalho”. Segundo o autor, o papel do professor é de fundamental importância, na medida em que deve conduzir o estudante para a reflexão sobre a história e sua vivência, enquanto cidadão do mundo. Ele afirma que, para um ensino consciente, o professor deve ter um bom conhecimento técnico e de conteúdo, com diferentes e adequadas metodologias para o que se pretende ensinar. Desta forma, o ensino de história é um processo que admite diferentes enfoques, conclusões provisórias e relativas (ROCHA, 1996).

Para responder ao objetivo de narrar o ensino de história em tempos de pandemia da Covid-19, no ensino fundamental e no ensino médio, em duas unidades escolares em Palmas, Tocantins, no ano letivo de 2020, apresenta-se alguns apontamentos narrados pelos professores que ministram a disciplina de história.

Os participantes da pesquisa, por meio da entrevista em História Oral, com roteiro semiestruturado, composto por 14 questões aos professores, expõem nas narrativas, suas práticas em tempos pandêmicos. Estes afirmam estarem desenvolvendo, na medida das possibilidades, a interlocução do processo de ensino e aprendizagem, buscando soluções para sanar as dificuldades utilizando-se de canais de comunicação, respeitando o distanciamento. No entanto, segundo eles, as aulas presenciais são bem melhores.

Para ilustrar com maior autenticidade a visão dos professores, solicitou-se que descrevessem a vida de um educador em tempos de pandemia, ao que assim respondem:

Em tempo de pandemia é muito difícil dar aula principalmente no ensino fundamental, mas estamos retornando com as aulas remotas. Eu também trabalho em outras Instituições particulares, tanto no nível médio, como no superior. No tempo de pandemia, estou dando aula, usando o Google Meet, gravando vídeos no Youtube para o Estado. É meio complicado, mas a gente tem que se adequar e a tecnologia ajuda nesse ponto. Não é a mesma coisa com a aula presencial, mas é o que a gente tem que fazer no momento e se adaptar à pandemia (LEONARDO, 2020).

Um desafio a cada dia... Vejo que de um dia para o outro tivemos que nos adequar a um modelo de educação totalmente diferente do nosso. Eu, particularmente, imaginava o ensino remoto, híbrido ou a distância, na educação básica, somente em um futuro distante, algo possível, mas bem à frente, que se desenvolveria devagar. No entanto, a pandemia nos obrigou a adiantar, sem condições básicas, uma educação por tecnologias ou mesmo um ensino remoto. Mas nos direcionando para a prática do dia a dia, digo que estamos com uma carga horária maior, pois temos que buscar adequar atividades que sejam autoexplicativas, ou seja, é difícil ministrar aula sem a presença física do aluno. E a burocracia que aumentou bastante. Sabemos que a situação é bastante atípica, mas as resoluções acabaram por burocratizar mais a vida do professor (RAFAEL, 2020).

O professor Leonardo iniciou este ano seu percurso na unidade de ensino, é graduado e mestre em filosofia. Certamente, um professor com o grau de mestre possui contribuições importantes no processo de ensino. Porém, fica o questionamento em relação aos recursos humanos da escola e da Seduc, uma vez que deveria ser um profissional graduado em história para ministrar aulas de história no ensino fundamental. No entanto, o entrevistado demonstra competência para realizar suas atribuições, quando descreve a forma de planejar suas ações pedagógicas para o ensino de história.

O professor que atua no ensino médio é graduado em história e mestrando em história. Ele ressalta as dificuldades com o ensino híbrido neste período, mas também demonstra, por meio de suas narrativas, o trabalho pedagógico desenvolvido. Ambos evidenciam o cumprimento de suas atribuições enquanto educadores, superando a cada dia as adversidades do momento.

Dando continuidade à exposição dos professores, questionou-se sobre a retomada às aulas, ao que descrevem:

Voltar às aulas de forma remota é algo que eu já esperava, vinha planejando, porque eu já trabalho em escolas particulares do

nível médio ao nível superior e não parei de forma alguma. Então a volta às aulas, de forma remota, eu já esperava, tinha tudo planejado. Eu, não sei se a realidade dos meus outros colegas é a mesma que a minha, mas a volta às aulas foi muito tranquila para mim (LEONARDO, 2020).

Acredito que foi necessário. Não tínhamos outra saída. E se todas as escolas seguiram as determinações de cuidado e prevenção de contágio, não vejo problema (RAFAEL, 2020).

Em relação ao trabalho do professor, a distância, eles descrevem e destacam o que já havíamos mencionado anteriormente: a maioria dos estudantes não possui acessos à Internet, muitos não possuem computador, nem aparelho celular.

As atividades das aulas de forma remota e todas essas questões têm sido planejadas, discutidas com os orientadores, com a escola. A gente passa um roteiro, atividades do livro. Muitos dos meus alunos da educação básica do ensino fundamental não têm acesso à Internet, então a gente faz com que eles tenham acesso aos livros ou textos nas atividades, para que eles possam fazer, pois nem todos podem ver vídeos, nem Youtube (LEONARDO, 2020).

Por meio dos roteiros de estudos e acompanhamento por aplicativos (RAFAEL, 2020).

Os professores descrevem como ocorre o atendimento pedagógico no ensino de história. Segundo o professor Leonardo, os estudantes do 9º ano terão condições de dar continuidade ao processo de aprendizagem no ensino médio. O professor Rafael considera que os estudantes do ensino médio podem alcançar os objetivos de aprendizagem, mesmo com algumas dificuldades que o momento exige e com as aulas ocorrendo de forma remota. Em resposta ao questionamento: Como docente que atua no ensino de história, quais competências e habilidades precisam ser desenvolvidas no 9º ano para que os estudantes consigam acompanhar o 1º ano do ensino médio, e os estudantes do ensino médio se prepararem para a faculdade ou para o mercado de trabalho? É possível, com aulas na modalidade remota, alcançar esses objetivos educacionais? Os professores afirmam:

É possível trabalhar as competências e habilidades dos alunos do 9º para o 1º ano, mesmo de forma remota, porque a gente pode fazer aulas, debates, utilizando o WhatsApp, todas as mídias sociais para tentar ter essa conexão com os alunos de forma não presencial. Em minha opinião, creio que seria possível trabalhar as habilidades e as competências, de forma remota, para os alunos do 9º ano, para que eles possam ingressar no 1º ano do ensino médio (LEONARDO, 2020).

A base determina e indica quais habilidades e competências são necessárias, e eu concordo com o documento. Só menciono que existem deficiências, como sabemos, em diversas fases do ensino – de maneira geral – e o Ensino Médio não escapa disso. E acredito que o ensino remoto não consiga alcançar tais competências e habilidades no nível que o modo presencial conseguia, pois estamos em um momento de crise, portanto, devemos ter uma redução nessa desenvoltura do processo de ensino e aprendizagem devido as aulas remotas (RAFAEL, 2020).

Como é notória a resposta dos professores, estes afirmam ser possível, sim, que os alunos desenvolvam as habilidades e competências necessárias para as próximas etapas, e destacam as dificuldades que cercam o ensino remoto, comparando-o com o ensino presencial, que certamente teriam melhores respostas.

Ao serem questionados se deveriam retornar às aulas presenciais neste período, ambos consideram que será complicado, devido à falta de segurança em relação à contaminação, e também, porque a escola não tem condições de garantir a segurança de todos, no cumprimento dos protocolos de saúde.

Na oportunidade, os professores entrevistados são questionados acerca dos referenciais que utilizam para planejar seus Roteiros de Estudos, ao que afirmam ser o documento orientador da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Tocantins (DCT), e destacam: “Todos os planejamentos, roteiros, atividades seguem as Diretrizes Básicas do Tocantins. No Colégio é bem enfático o planejamento das aulas, em todos os bimestres, de forma integrada, em seguir as Diretrizes que a Seduc enviou para a escola” (LEONARDO, 2020). O professor Rafael (2020), afirma que “a utilização do DCT/BNCC no planejamento de minhas aulas e no próprio plano de aula. Quando estávamos com aulas presenciais, o rendimento no uso desses referenciais era mais efetivo, pois participávamos de planejamentos coletivos e debates mais aprofundados”.

Foi solicitado aos professores entrevistados que deixassem uma mensagem sobre a educação e o ensino de história em tempos de pandemia:

Foram vários momentos da história da humanidade que passamos por pandemias. Em todos esses momentos os professores, os cientistas sociais, os filósofos pensadores encontram uma forma de a gente superar isso. Se a gente seguir de forma racional as Diretrizes da OMS, a gente vai conseguir dar continuidade as aulas, mesmo que seja de forma remota e superar todas essas questões. O ser humano tem essa capacidade de se adaptar e de melhorar a vida humana cada vez mais. Pode até sair coisas boas de pandemias, como, por exemplo, quando Isaac Newton que descobriu as Leis da Física. Isso aconteceu no momento da Peste bubônica na Inglaterra. Ele teve que ficar dois anos afastados da faculdade de Londres em sua propriedade particular. Durante esse período isolamento social, aconteceu aquele episódio da maçã e ele começou a estudar, e descobriu as Leis da Física. Essa é uma mensagem de superação, que em mesmo em momentos difíceis o ser humano pode melhorar e procurar novas possibilidades (LEONARDO, 2020).

A educação vem se demonstrando mais necessária neste tempo de pandemia. A ciência, como fruto da educação, é a melhor resposta para toda essa crise. E a história, vem nos ensinar que o homem, mesmo com todo seu desenvolvimento, deve se lembrar que as crises são recorrentes na história da humanidade e que podemos superá-la. Somos testemunhas vivas de um acontecimento trágico para os seres humanos, mas que possui sua natureza e seu destino em suas mãos. É dever da história preservar o legado deste acontecimento, de melhor forma possível. O que a humanidade aprendeu com tudo isso? O que ficou marcado? O que aprendemos? Qual o papel crítico da ciência histórica diante de tudo isso? São perguntas que estão sendo elaboradas e estamos ainda buscando respostas. Ainda mais diante do vírus da desinformação que circula e acaba, em algumas situações, trazendo sofrimento e causando prejuízos as pessoas e ao desenvolvimento coletivo da sociedade (RAFAEL, 2020).

O planeta Terra passa e passará por inúmeras experiências, tais como, doenças, pestes, guerras, tsunamis, dentre outras. Os professores entrevistados destacam tais percursos históricos no planeta, apontam tanto as dificuldades como as possíveis soluções para o atendimento educacional em tempos de pandemia e as superações oportunizadas pelo período pandêmico. Os professores, tais quais os agentes da saúde, podem ser considerados os grandes heróis da atualidade que, exaustivamente, estão cumprindo o seu papel de educar e de salvar vidas.

Considerações Finais

O objetivo geral do estudo foi o de narrar o ensino de história em tempos de pandemia do coronavírus, na Educação Básica, em Palmas, estado do Tocantins no ano letivo 2020.

Neste estudo, as narrativas de dois professores que ministram aulas da disciplina de história, no ensino fundamental e ensino médio, respectivamente, ilustram as discussões.

De modo geral, a pandemia da Covid-19 revelou, destacou e evidenciou os problemas já existentes, tais como, a exclusão social, a pobreza e as dificuldades de acesso à rede de comunicação. Revelou, ainda, o quanto as instituições educativas públicas estão limitadas no atendimento equitativo aos estudantes, em particular no Tocantins, que possui grande extensão territorial, com diversidades de público, condições e localização de escolas, a exemplo do campo, indígenas e quilombolas.

No entanto, os entrevistados denotam a superação das dificuldades pandêmicas, atendendo aos estudantes por meio dos Roteiros de Estudos, orientações por meios midiáticos, avaliando e aplicando os conteúdos/competências/habilidades na modalidade remota.

Certamente, haverá um número expressivo de estudantes evadidos, considerando a situação econômica, fato que os obriga a auxiliarem suas famílias no sustento. As unidades escolares já planejam ações de busca ativa desses estudantes.

Do ponto de vista dos professores entrevistados, o momento ainda é de preocupação em relação ao contágio da Covid-19, os quais recomendam a continuidade das aulas na modalidade remota e o retorno após a imunização dos estudantes, por meio da vacina. Conclui-se que, mesmo em tempos de pandemia, professores e estudantes estão realizando as atividades educativas, ainda que com todas as dificuldades que o momento apresenta, e que pode não ser o ideal, mas é o que se tem para o momento, é importante destacar que o período de distanciamento e as frágeis situações de conectividade da maioria dos estudantes, ocasiona um grande déficit de aprendizagem, devendo ser pensando pela gestão pedagógica minimizar tal problemática.

Referências

- ARAGÓN, L.E. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** UFPA, Rev. NERA, Presidente Prudente, ano 21, n.42, 2018.
- ABUD, K. M. **Combates pelo ensino de história.** In: ARIAS, José Miguel Neto. (org). Dez anos de pesquisas em ensino de história. Londrina: AtritoArt, 2005.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2009.
- CRUZ, J.V. da. **O uso metodológico da história oral: um caminho para a pesquisa histórica.** Aracaju: UNIT, 2005.
- FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada.** Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- GUSMÃO, E. M. **Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente.** São Paulo: UNESP, 2004.

JOUTARD, P. Desafios à história oral no século XXI. Tradução Paulo Martins Garchet. In: FERREIRA, Marieta de M.(org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MEIHY, J. C. S. B. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTYSUMA, M. F.F. Um encontro com as fontes em História Oral. Estudos Ibero-Americanos. **PUCRS**, v. XXXII, n. 1, p. 117-125, 2006.

NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro, Revisão Técnica: Dea Ribeiro Felon. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

RELATÓRIO SEDUC. **Relatório de ações e proposta de retomada das aulas na rede estadual de ensino do Tocantins**. Sup. Ed. Básica. Palmas, TO, 2020.

ROCHA, U. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, S. M. dos, MORAES, A.D. J. & BRITO, T. T. R. História oral entre status de metodologia e a técnica. **Cadernos De História Da Educação**, 14(3).

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. Tradução de Paulo Martins Garchet. In: FERREIRA, M. de M. (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TOMPSON, P. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Orgs.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC-SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial, 2006. p. 17-43.

VASCONCELOS, J. A. **Metodologia do Ensino de História**. Curitiba: Ibpx, 2007.

DADOS DOS ENTREVISTADOS EM HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA

Leonardo Henrique Morais Martins, graduado em filosofia, mestre em filosofia, atua como professor da disciplina de História no ensino fundamental na Escola Estadual de Tempo Integral Vila União. Entrevista concedida à Maria de Lourdes L. Macedo, em julho de 2020. Assinou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Rafael Machado Santana, graduado em história, mestrando em história, atua como professor de história no ensino médio na Escola Estadual Setor Sul. Entrevista concedida à Maria de Lourdes L. Macedo, em novembro de 2020. Assinou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Recebido em 11 de junho de 2021.

Aceito em: 27 de outubro de 2021.